

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### *Emancipação Global e Desenvolvimento Planificado dos Municípios*

ARAÚJO CAVALCANTI

#### MOBILIZAÇÃO CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO. — TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO MUNICIPALISMO

O Serviço de Documentação do D. A. S. P. — quer diretamente, através das suas publicações especializadas, quer por intermédio da Revista do Serviço Público — tem procurado estimular, de todas as maneiras, os estudos e pesquisas no campo da Administração Municipal. Nenhuma Instituição compreendeu melhor do que o D. A. S. P. os transcendentais objetivos do Municipalismo, a necessidade imperiosa de transformar as Unidades Elementares da Federação — cerca de 2.800 Municípios que a constituem — em fatores positivos do desenvolvimento nacional e fundamentos do progresso econômico-social da Nação Brasileira. Os serviços prestados pelo D. A. S. P. às Prefeituras e Câmaras de todo o País, têm sido, na verdade, extraordinários, notadamente nos domínios da assistência técnica direta, da modernização e aperfeiçoamento das Administrações Municipais, da seleção e formação dos funcionários locais, e assim sucessivamente. Desde a sua criação, há pouco mais de vinte anos, que o D.A.S.P. vem prestigiando técnica, cultural e materialmente o Movimento Municipalista. Assim é que sempre acolheu e divulgou, nas páginas da Revista do Serviço Público, as contribuições e trabalhos especializados, da melhor qualidade e do mais alto nível, de interesse para os Municípios. Dando prosseguimento a esse setor especial de suas atribuições, a Revista do Serviço Público divulga, na presente edição, o trabalho do Prof. ARAÚJO CAVALCANTI, Técnico de Administração que desempenhou as funções de Chefe da Assessoria Técnica do V Congresso Nacional dos Municípios, realizado em dezembro de 1959, na cidade do Recife. De tal forma desempenhou a sua Missão que os Prefeitos e Vereadores reunidos nesse Congresso deliberaram, por unanimidade, eleger-lo, simultaneamente, Conselheiro da A. B. M. e Presidente da Comissão Nacional Construtora da "Casa dos Municípios"

em Brasília (Sede Própria da A. B. M. na Nova Capital). “Emancipação Global e Desenvolvimento Planificado dos Municípios” é um trabalho que resume os aspectos mais importantes do Movimento Municipalista Brasileiro como expressão nacional da luta contra o Subdesenvolvimento e o Pauperismo, ao mesmo tempo em que traça os delineamentos do verdadeiro Municipalismo — fixando-lhe as tendências e perspectivas — e condensa, numa autêntica radiografia, o Congresso do Recife.

#### I — INTRODUÇÃO

O V Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros realizado na cidade do Recife, de 1 a 8 de dezembro de 1959, foi inteiramente diferente dos anteriores, revestindo-se de um cunho eminentemente objetivo, a julgar pelos seus resultados. Ao invés das tradicionais manifestações de entusiasmo cívico e das formulações doutrinárias brilhantes, as energias e interesses dos prefeitos, vereadores, técnicos e autoridades presentes ao magno Conclave do Recife se concentraram na busca de soluções concretas e arrojadas para os problemas fundamentais das Unidades Elementares da Federação — cerca de 2.800 Municípios dominados pela preocupação absorvente da luta contra o subdesenvolvimento. O Congresso do Recife revelou uma auspiciosa e profunda transformação no tocante à mentalidade, às aspirações e estilos de ação dos Governos Locais cujos representantes reagiram, de maneira surpreendente, contra a retórica, o teoricismo, a exacerbada discursiva, as inevitáveis manifestações da eloquência retumbante características dessas grandes reuniões, principalmente nos países latino-americanos. Exceção feita de algumas Sessões Plenárias perturbadas pelas discussões de problemas de ordem regional ou pessoal — que não chegaram a comprometer os objetivos do Congresso — o fato é que os trabalhos se desenrolaram com serenidade, eficiência e impressionante senso de responsabilidade. Pode-se afirmar que o grande êxito do Congresso do Recife foi consubstanciado nos estudos e exaustivos debates das Comissões Técnicas cujo funcionamento exemplar se deve, em grande parte, à atuação enérgica e decisiva do Relator-Geral do Congresso, o escritor MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO. Graças aos esforços da Assessoria Técnica, as 5 Comissões Básicas organizadas em função do Temário do Congresso — Emancipação Global e Progressiva (1<sup>a</sup>), Desenvolvimento Planificado (2<sup>a</sup>), Mobilização Contra o Subdesenvolvimento (3<sup>a</sup>), Aperfeiçoamento do Sistema Federativo (4<sup>a</sup>), e Reformulação do Municipalismo (5<sup>a</sup>) — examinaram em profundidade centenas de teses, proposições, projetos e contribuições diversas oriundas de todas as Unidades de Federação. Além dos pareceres relativos a cada trabalho apresentado, as Comissões Técnicas redigiram conclusões específicas, projetos de lei e recomendações especiais quanto aos problemas mais relevantes, de maior repercussão ou interesse mais urgente para o Movimento Municipalista, as Prefeituras e Câmaras. Os resultados positivos do Con-

gresso do Recife estão condensados nesse impressionante volume de trabalho. Dentro em breve os Anais do Congresso divulgarão êsses resultados em torno dos quais é imensa a expectativa nacional. Publicados os referidos Anais, a Nação ficará surpreendida com as novas tendências e perspectivas do Municipalismo, verificando que as Comunas despertaram, afinal, de sua letargia, e estão promovendo, com audácia e inesperado vigor, um gigantesco empreendimento de recuperação e desenvolvimento planificado, objetivando realizar, a curto prazo, as suas metas prioritárias de emancipação global.

Na verdade, o Municipalismo Brasileiro superou o ciclo das pregações doutrinárias, a fase romântica das reivindicações teóricas, entrando de maneira decisiva, no campo das realizações materiais e práticas. A análise dos principais trabalhos da Assessoria Técnica é uma demonstração insofismável de que os Governos Locais amadureceram, sabem o que exigir da União e dos Estados, e estão dispostos à luta organizada contra quaisquer obstáculos que se antepõham à plena satisfação dos seus legítimos interesses, necessidades e aspirações de prosperidade e bem-estar. Sem menosprezar o estudo científico dos problemas fundamentais, os Municípios pretendem queimar etapas e acelerar o advento das Conquistas e Metas Prioritárias de um Municipalismo de novo tipo — tais como resumidas e indicadas no Temário do Congresso do Recife, magnífico "Programa-Síntese" do Movimento Municipalista. Prefeituras e Câmaras não mais admitem subterfúgios, protelações, a omissão, inércia ou incapacidade — inclusive no que se refere às próprias Instituições ou Líderes, direta ou indiretamente responsáveis pela solução dos mencionados problemas de base que, aparentemente regionais ou locais, são, na realidade, problemas de interesse vital ao equilíbrio e desenvolvimento harmonioso da Federação. As populações do Interior já se movimentam impacientes — embora algo desiludidas e céticas — mas, conscientes de que souu, finalmente, a hora das grandes decisões. O Congresso do Recife foi um reflexo dessa consciência, a expressão nacional de uma profunda convicção no sentido de que estamos vivendo o instante supremo das grandes reformas, a oportunidade ideal para concretização material dos projetos de emancipação global e desenvolvimento planificado. Chegou a hora de serem proporcionados aos Municípios meios materiais, condições e mecanismos de autodesenvolvimento, de tal forma que êles possam, em prazo razoável, resolver diretamente os seus problemas, com os seus próprios recursos, sem necessidade de recorrer à União ou aos Estados. Em primeiro lugar, através de uma nova Discriminação de Rendas, deverão ser fortalecidas as finanças municipais. A seguir, urge implantar uma política nacional de investimentos, empréstimos e financiamentos, durante pelo menos dez anos, simultaneamente com uma melhor participação no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União. Enquanto não vem a sempre protelada Reforma Constitucional (trazendo no seu bôjo a aludida rediscriminação de rendas), cumpre por em execução o Sistema Geral da Operação Município que abrange uma série de medidas drásticas nas três órbitas da Federação, tôdas sumamente importantes com a finalidade de estabelecer, em cada Município, aquelas

condições mínimas de funcionamento que lhes permitam acelerar, com os prósperos estimularão, em todo o País, iniciativas criadoras de progresso. Os Municípios não devem permanecer como uma ficção gráfica ou jurídica, simples campo para as incursões da pirataria, de partidarismo e da demagogia dos cabos eleitorais. Núcleo de irradiação do potencial demográfico, econômico e social da Nação, as Comunas constituem, nos termos da Operação Município, um dínamo gerador de riquezas. Municípios bem organizados e prósperos estimularão, em todo o País, iniciativas criadoras de progresso material e bem-estar social por intermédio dos respectivos Planos de Desenvolvimento cujos resultados terão os efeitos de uma verdadeira reação em cadeia, fortalecendo-se, destarte, a infra-estrutura nacional. Uma das resultantes principais desse paralelogramo de forças é a expansão do poderoso mercado interno sobre o qual se deverá apoiar a industrialização intensiva do País. Municípios pobres, espoliados e postergados jamais poderiam contribuir para o desenvolvimento geral da Federação o qual é função das condições peculiares de cada uma das 2.800 Unidades Elementares que a compõem. Não seria lícito olvidar, nessa ordem de considerações acerca dos problemas básicos reexaminados pelo Congresso do Recife, o Banco dos Municípios — aspiração generalizada de todas as Prefeituras e Câmaras —, a reorganização agrária, a aquisição de máquinas e equipamentos para as Comunas, a eletrificação rural, a reforma administrativa, a erradicação do analfabetismo, em resumo, os problemas condensados no Temário do V Congresso Nacional dos Municípios. Vamos, porém, encerrar as considerações sumárias desta Introdução. Os leitores da *Revista do Serviço Público* encontrarão, nas páginas que se seguem, o panorama da situação dos Municípios, uma visão de conjunto dessa batalha em pleno andamento pela emancipação global e desenvolvimento planificado, uma ligeira radiografia do Congresso do Recife — em síntese, a indicação das tendências e perspectivas do Municipalismo.

## 2 — O TEMÁRIO DO V CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

O Relator-Geral do Congresso do Recife, Sr. MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO, conhecido dirigente municipalista e Diretor do Serviço de Documentação do D.A.S.P. — fez uma análise completa do Temário do V Congresso Nacional dos Municípios em trabalho amplamente divulgado pela imprensa e que será, oportunamente, incluído nos Anais do magno Conclave por se tratar de um dos Documentos Básicos do Movimento Municipalista. Depois de assinalar ter sido o Temário dividido em cinco generalizações, o Sr. BANDEIRA DE MELLO acentuou que dentro dessa nomenclatura "se classificaram centenas de teses, indicações, requerimentos, contribuições técnicas, projetos e demais documentos municipalistas de toda a espécie, todos êles merecedores de acolhimento, de detido exame e atenção".

Em seguida, o Relator-Geral alude às manifestações e pronunciamentos dos prefeitos, vereadores, técnicos e autoridades, analisando e classificando, finalmente, com precisão e acuidade, os trabalhos apresentados. Na parte final, o "Relatório Bandeira de Mello" formula algumas conclusões da maior

importância sugerindo diversas providências e indicando as tendências e aspectos dominantes do Congresso do Recife. Tentaremos, a seguir, fazer uma síntese desse magnífico Documento. Logo de início pode-se dividir o Temário em duas partes:

- I — problemas fundamentais dos municípios;
- II — movimento municipalista.

Partindo dessa classificação preliminar, vejamos, seguindo a ordem do Temário, a enumeração dos assuntos essenciais com base no trabalho do Relator-Geral:

### I — Parte Primeira

#### 1. Emancipação Global e Progressiva:

1.1 — Discriminação de Rendas (Anteprojeto de Reforma Constitucional);

1.2 — Participação no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União. Redistribuição da Renda Nacional. Contribuições, Auxílios Condicionados e Subvenções;

1.3 — Recursos Adicionais. Empréstimos. Financiamentos;

1.4 — Fortalecimento Financeiro. Progressivo. Reformas Tributárias. "Fundo Pró-Municípios": Condições e possibilidades;

1.5 — Reforma bancária. O Banco dos Municípios;

1.6 — Cumprimento, pelos Estados, do artigo 20 da Constituição (30% do excesso da arrecadação).

#### 2. Desenvolvimento Planificado:

2.1 — Planejamentos globais. O sistema geral da *Operação Município*, suas projeções regionais e locais. Planos diretores das cidades. Projetos Específicos Geradores de Riqueza. Investimentos Prioritários em Obras, Empreendimentos e Serviços de Desenvolvimento Econômico e Social. Aperfeiçoamento e Implantação do Sistema;

2.2 — Aparelhamento das Prefeituras. Aquisição de Máquinas e Equipamentos;

2.3 — Consórcios Municipais;

2.4 — Conservação, Exploração Racional e Fomento dos Recursos Naturais;

2.5 — Reforma Agrária;

2.6 — Produtividade. Modernização dos Métodos de Trabalho;

2.7 — Erradicação do Analfabetismo. Ensino Técnico-Profissional;

2.8 — Serviço Social Rural;

2.9 — Exploração Industrial do Turismo.

#### 3. Mobilização contra o Subdesenvolvimento:

3.1 — Participação dos Municípios nos Planejamentos Nacionais, Regionais e Setoriais;

3.2 — Política de Valorização de Áreas. Ocupação dos Espaços não Aproveitados;

3.3 — Operação Nordeste: Objetivos Gerais, Metas Preferenciais e Projetos Específicos. Etapas e Prazos de Execução. Reformulação da Política de Solos e Águas. Energia. Eletrificação Rural. Industrialização Intensiva e Descentralizada. Irrigação. Açudagem e Poços Tubulares. Fomento Agropecuário. Diversificação e Mecanização das Culturas. Expansão e Reaparelhamento dos Transportes Regionais. Crédito Rural Supervisionado. Atuação dos Órgãos Básicos do Desenvolvimento Regional. O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Comissão do Vale do São Francisco e o Banco do Nordeste. Participação dos Municípios no Desenvolvimento Planificado do Nordeste;

3.4 — Operação Pan-Americana: Engajamento do Movimento Municipalista na Luta Contra o Subdesenvolvimento. Erradicação do Pauperismo. O Banco Interamericano de Desenvolvimento.

#### 4. Aperfeiçoamento do Sistema Federativo:

4.1 — Regulamentação de Dispositivos Constitucionais de Interesse dos Municípios;

4.2 — Cooperação Intergovernamental. Ação Conjunta da União e dos Estados na Solução dos Problemas Fundamentais dos Municípios, Sistematização dos Acôrdos e Convênios. A Lei Pró-Município;

4.3 — Reforma Administrativa. Descentralização e Modernização dos Serviços Públicos;

4.4 — Capacitação Técnica dos Governos Municipais. Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado.

### II — Parte Segunda — Movimento Municipalista

#### 5. Reformulação do Municipalismo:

5.1 — Ruralismo e Municipalismo. Objetivos Prioritários e Correlações;

5.2 — Reexame e Atualização da Carta dos Municípios;

5.3 — Movimento Municipalista Brasileiro. Estratégia. Instituições. Grupo Parlamentar Municipalista;

5.4 — Entrosamento A.B.M.-O.P.A. O "Inventário da Miséria". Reivindicações Concretas e Projetos Específicos de Cada Município.

O Temário do Congresso do Recife traduz, com rara originalidade e arrôjo, as tendências e perspectivas de um Municipalismo de novo estilo. Sua repercussão foi extraordinária, havendo sido transscrito — a requerimento do Major NEY BRAGA ex-prefeito de Curitiba e Deputado pelo Paraná — nos Anais da Câmara Federal; nas Assembléias Legislativas da maioria dos Estados foi também o referido Temário objeto de pronunciamentos sumamente honrosos. Acentua o Relator-Geral que, inegavelmente, o Te-

mário do Congresso do Recife consubstancia os interesses, aspirações e metas prioritárias das Unidades Elementares da Federação. De norte a sul do País, Prefeituras e Câmaras resolveram encerrar o ciclo do Municipalismo romântico e sentimental.

3 — MOBILIZAÇÃO CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO: RÔTEIRO DE UMA NOVA POLÍTICA PARA OS MUNICÍPIOS. PREPARAÇÃO TÉCNICA, CULTURAL E POLÍTICA DO CONGRESSO DO RECIFE. OBJETIVIDADE E RENDIMENTO DOS TRABALHOS DA ASSESSORIA TÉCNICA. «MISSÃO CUMPRIDA»: DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO MUNICIPALISMO.

#### DOCUMENTO N° 1

Recife, 28 de setembro de 1959

Do Chefe da Assessoria Técnica

Ao Senhor Presidente e DD. Membros da Comissão Nacional Organizadora do V Congresso Nacional de Municípios

Assunto: Relatório Geral e Prestação de Contas da Assessoria Técnica

#### I — INTRODUÇÃO

Sumamente honrado com as inequívocas demonstrações de estima e confiança de Vossa Excelência e dos dignos Membros da Comissão Nacional Organizadora do V Congresso dos Municípios, cumpro o dever de efetuar, na oportunidade da Reunião do Recife, esta singela e concisa Prestação de Contas da Assessoria Técnica.

2. Devo acentuar que encaminho a Vossas Excelências êste breve Relatório com o justificado orgulho decorrente da satisfação do dever cumprido, a consciência de haver desempenhado satisfatoriamente as atribuições consubstanciadas na Chefia de um Setor altamente especializado, complexo e difícil. Sem falsa modéstia posso afirmar a Vossas Excelências: — "Missão Cumprida".

3. No limite das minhas modestas possibilidades, procurei dinamizar a Assessoria Técnica levando a efeito ingentes esforços no sentido de assegurar o êxito integral do V Congresso Nacional dos Municípios. Em meio a dificuldades e obstáculos inenarráveis, a Assessoria Técnica realizou trabalhos de surpreendentes proporções, sem medir quaisquer sacrifícios. Para que se tenha uma pálida idéia da situação precária e das condições adversas de funcionamento dêste Setor decisivo do Congresso, basta acen-  
tar o fato de que, sómente agora, recebeu a Assessoria Técnica uma pri-

meira e insignificante parcela dos recursos financeiros autorizados pela Comissão Nacional Organizadora e imediatamente aplicados no pagamento dos serviços de uma reduzida equipe de colaboradores.

## II — SIGNIFICADO E ESPONSABILIDADES DA ASSESSORIA TÉCNICA

4. No entanto, a Assessoria Técnica não é apenas um frio laboratório de pesquisas, estudos e formulação de projetos, mas, o cérebro, a alma, o sistema nervoso, a espinha dorsal do V Congresso de Municípios. Esta é a experiência universal dos Congressos Nacionais e Internacionais de qualquer tipo — notadamente dos Congressos de Municípios; os fatos demonstram que a Assessoria Técnica é, como não podia deixar de ser, o dinamo gerador das forças que movimentam os mecanismos de realização desses Congressos, estabelecendo as suas indispensáveis condições de êxito. *Os bons resultados ou o fracasso dos Congressos dependem, fundamentalmente, de uma Assessoria Técnica prestigiada e bem abastecida de pessoal qualificado, material abundante e, sobretudo, de recursos financeiros.* A experiência concreta demonstra ainda que, encerrados os Congressos, prosseguem os trabalhos da Assessoria Técnica, *ainda com maior intensidade*, através da organização e publicação dos Anais, do encaminhamento das teses, recomendações, projetos porventura aprovados, das providências a serem adotadas, e assim sucessivamente.

A Assessoria Técnica representa, por conseguinte, um problema básico de organização. A obtenção do máximo rendimento possível do Congresso do Recife depende inexoravelmente, da maneira como fôr resolvido êsse problema. A realização de um Congresso eminentemente prático e objetivo constitui responsabilidade primordial da Assessoria Técnica.

5. A êste respeito reafirmo a minha profunda convicção de que o V Congresso de Municípios atingirá plenamente semelhantes finalidades. Porque, no comando da A.B.M. e da Comissão Nacional Organizadora, bem como na composição dos respectivos Quadros dirigentes encontram-se homens de responsabilidades, com envergadura de estadistas, valor cultural, comprovada capacidade de trabalho e experiência.

6. Seria desnecessário e, praticamente impossível, enumerar as atividades desenvolvidas e os trabalhos já realizados pela Assessoria Técnica, nos limites preestabelecidos desta ligeira Prestação de Contas. Oportunamente, as Prefeituras, Câmaras Municipais, as Entidades Municipalistas, as Altas Autoridades — a Nação brasileira, em resumo — receberão o Documento em elaboração, dando contas do que tem sido a batalha travada no sentido da realização do maior, do mais eficiente e do mais original Congresso de Municípios jamais realizado. Encerrado o Congresso do Recife, a Assessoria Técnica divulgará êsse Documento.

## III — SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

7. Cumpre-me, no entanto, salientar alguns fatos que caracterizam a atuação dinâmica da Assessoria Técnica. São fatos que definem, por outro lado, o entusiasmo de uma Equipe dominada pela preocupação absorvente de prestigiar e fortalecer o Movimento Municipalista — fator condicionante da obtenção das soluções práticas, arrojadas e urgentes que as Prefeituras e Câmaras Municipais vêm reclamando, em todos os Congressos regionais e nacionais levados a efeito. É a mística do realismo e da objetividade no tratamento dos problemas fundamentais dos Municípios:

1 — Projeto de Lei nº 3.893-58 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, para ocorrer às despesas de realização do Congresso do Recife; manutenção da A.B.M. e realização do seu Programa de Trabalho; assistência financeira às Associações Regionais de Municípios e outras providências. (Projeto e Justificação — Sancionado pelo Presidente JUSCELINO KUBITSCHKEK, transformando-se na Lei nº 203-59).

2 — Acompanhamento — nas Comissões Técnicas e no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, — do mencionado Projeto. Entendimentos permanentes, a respeito, com dezenas de Deputados e Senadores das Bancadas dos diversos Estados. Vossas Excelências poderão avaliar, em toda a sua extensão, o sacrifício, a energia e o tempo despendidos nesse estafante, inglório e anônimo trabalho.

3 — Viagens ao Nordeste, em diferentes oportunidades, destacando-se as visitas a Fortaleza, a Timbaúba (XI Congresso dos Jornais do Interior), ao Recife e a Salvador. (Lançamento do Congresso na área de sua realização).

4 — Preparo e divulgação de todos os Comunicados até agora expedidos pela Comissão Nacional Organizadora (Mobilização da Opinião Pública).

5 — Elaboração, publicação e expedição de dezenas de artigos, entrevistas, notícias, informes especiais, circulares, ofícios, etc., para todo o Brasil. Colaboração, nesse campo, com inúmeras personalidade cujos pronunciamentos foram mimeografados e amplamente distribuídos.

6 — Permanente articulação com os principais jornais e radioemissoras do País. (A Assessoria Técnica realizou, nesse campo, um trabalho imenso, suprindo a ausência do Setor de Informações, Divulgação e Propaganda, da Comissão Nacional Organizadora. Milhares de recortes de jornais comprovam a amplitude e significação dessa Contribuição decisiva da Assessoria Técnica, o que representa, na prática, uma economia substancial para a C.N.O. e para a A.B.M., da ordem de Cr\$ 800.000,00. Do ponto-de-vista político essa contribuição da Assessoria Técnica é inestimável, não tem preço.

7. Participação objetiva em diferentes Congressos Internacionais — tais como a VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, no Rio de Janeiro e o IX Congresso do International Institute of Administrative Sciences, em Bruxelas, Bélgica. (Participação direta do Chefe da Assessoria Técnica nesses dois Congressos. Participação no Congresso Hispano-Americano, em Lisboa, por intermédio do Dr. MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO).

8 — Colaboração permanente e intensa com a A.B.M., notadamente no tocante à redação de editoriais e matéria para todos os números da A.B.M.-Jornal até agora publicados. Colaboração especial com as Associações Regionais de Pernambuco e do Estado do Rio.

9 — Utilização maciça de órgãos como, por exemplo, o D.A.S.P. e o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. (Também a êste respeito o valor da contribuição desses três órgãos pode ser modestamente estimado em cerca de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) — material, pessoal, publicações, etc., suprindo a falta absoluta de recursos da Comissão Nacional Organizadora, desde sua instalação, logo após o IV Congresso, até a presente data, 27-8-59).

10 — Elaboração do Temário e do Regimento Interno do Congresso (Ver documentação anexa — O Temário do Congresso do Recife tem merecido pronunciamentos favoráveis das mais altas autoridades e expressões culturais do País, havendo sido transscrito, inclusive, nos Anais do Parlamento brasileiro, por iniciativa do Deputado Federal do Paraná, Major NEY BRAGA. A Assessoria Técnica vem recebendo das Assembléias Legislativas dos Estados, Prefeituras e Câmaras de todo o Brasil, entusiásticas manifestações e aplausos ao referido Temário).

#### IV — ORÇAMENTO E PROGRAMA DE TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA

*(Período de setembro a dezembro de 1959 — Estimativa das Despesas Imprescindíveis)*

8. A Assessoria Técnica considera encerrada, na presente Reunião, a 1<sup>a</sup> fase de suas atividades. De agora em diante tem início o novo período, o qual deverá ser concluído após a realização do Congresso do Recife, com a organização e publicação dos Anais.

O novo ciclo de atividades, ora iniciado, se antecipa ainda mais exaustivo e difícil do que o anterior, em face das proporções, da complexidade e das responsabilidades dos encargos da Assessoria Técnica.

9. O Regimento Interno do V Congresso Nacional de Municípios estabelece:

“Art. 3º A Assessoria Técnica, diretamente subordinada ao Presidente da Comissão Nacional Organizadora do V Congresso de Municípios será formada de 1 Assessor-Chefe; Relator-Geral; Relatores de Teses de Co-

missões; Relatores de Teses de Mesa; Relatores do Plenário e Assessores Técnicos, — todos funcionando sob a supervisão direta do Assessor-Chefe.

Parágrafo único. O Assessor-Chefe indicará o Relator-Geral de cada Comissão Técnica do V Congresso de Municípios .....

Art. 10. Cabe à Assessoria Técnica prestar toda a assistência especializada exigida pelos trabalhos do V Congresso Nacional de Municípios, coordenando suas atividades na diretriz de facilitar à apreciação das indicações pelo Plenário.

Art. 11. Compete ao Assessor-Chefe:

a) indicar o Relator-Geral, os Relatores de Teses de Comissões, Relator de Teses da Mesa e Relatores do Plenário e Assessores, bem como os Membros da Comissão Especial de Pareceres;

b) distribuir aos membros de cada Comissão as teses e demais indicações que, pelas suas características e conteúdo, mereçam a atenção do V Congresso Nacional de Municípios;

c) coordenar as atividades da Assessoria Técnica, em todos os setores de trabalho;

d) planejar a execução técnica do V Congresso Nacional de Municípios;

e) preparar, organizar, publicar e divulgar os Anais do V Congresso Nacional de Municípios, sob a supervisão e com a assistência do Presidente da Comissão Nacional Organizadora.

Art. 12. Compete ao Relator-Geral:

a) realizar o estudo final das conclusões aprovadas pelo Plenário, para a definição das tendências de natureza doutrinária e de ordem prática do V Congresso Nacional de Municípios; e

b) colaborar efetivamente nos trabalhos da Assembléia Técnica".

10. São êstes os principais dispositivos do Regimento Interno relativos à estrutura e à competência da Assessoria Técnica. Tais encargos — relem-me Vossas Excelências a insistência — são exaustivos. Do funcionamento perfeito da Assessoria Técnica resultará o sucesso do Congresso do Recife. A alternativa, — inadmissível — seria o fracasso, a derrota, a desmoralização da Comissão Nacional Organizadora, da A.B.M. e do próprio Movimento Municipalista. Vale a pena insistir neste ponto a fim de que Vossas Excelências apreciem, em seu justo valor, a indispensabilidade dos recursos que devem ser proporcionados à Assessoria Técnica em termos de pessoal, material e dinheiro.

11. Além dessa tremenda responsabilidade urge considerar que *não há tempo a perder*. A esta altura, a Assessoria Técnica dispõe do menos de 60 dias úteis de trabalho para levar a efeito as tarefas excepcionais que

lhe foram atribuídas. Impõe-se, por conseguinte, com a *máxima urgência*, aparelhar e equipar satisfatoriamente a Assessoria Técnica, à qual devem ser proporcionados os recursos e meios de ação de que imperativamente necessita. Não é mais possível protelar qualquer providência ou desperdiçar um só minuto. No caso específico da Assessoria Técnica, o *fator tempo* ainda é mais importante do que todos os demais. Basta que Vossas Excelências verifiquem o que representa, por exemplo, examinar e dar parecer a um volume estimado em cerca de 800 teses, indicações, projetos, etc., relativos aos problemas consubstanciados no Temário, sem falar no volume da correspondência resultante de cada um desses documentos.

12. Tendo em vista a conveniência do melhor aproveitamento possível do pouco tempo disponível, cumpre reestruturar e redistribuir os trabalhos da Assessoria Técnica nos 3 seguintes setores principais:

I — Setor Técnico;

II — Setor Administrativo;

III — Setor de Documentação e Relações Públicas.

Esses 3 setores terão a seguinte composição: .....

#### I — SETOR TÉCNICO

..... Funcionarão, durante o Congresso, de acordo com o Temário — 5 Comissões Técnicas, além da Comissão de Redação Final. Estão previstas, também, Subcomissões, consoante as exigências e necessidades da conjuntura.

#### II — SETOR ADMINISTRATIVO

..... (Ver Documentação anexa — Relatório do Assistente Administrativo. Esse documento elucida os problemas desse Setor que vem funcionando desde o início das atividades da Comissão Nacional Organizadora. O exame do Documento anexo dispensa quaisquer outras considerações).

#### III — SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

..... A essencialidade desse Setor também dispensa comentários adicionais. Deverá incumbir-se: a) — das tarefas específicas características do Setor, consoante a sua própria denominação.

13. Os trabalhos do Congresso exigem, além disso, sejam convocados, em caráter excepcional, para colaborar com a Assessoria Técnica, de 1 a 8 de dezembro, os Assessores Técnicos julgados indispensáveis .....

## ESTIMATIVA DAS DESPESAS \*

SETORES	TOTAL
	Cr\$
I — Setor Técnico .....	280.000,00
II — Setor Administrativo Assistente Administrativo com Equipe Especializada — (Comunicações, Serviços dactilográficos e mimeografados, multilith, etc. ....)	250.000,00
III — Setor de Documentação e Relações Públicas .....	80.000,00
IV — Material 500 pacotes de papel de mimeógrafo Gestetner, 15 tubos de tinta, 15 caixas de Stencil e acessórios diversos, etc. etc. ....	200.000,00
V — Eventuais (Inclusive os dois Técnicos da Associação Paulista de Municípios que deverão ser colocados à disposição da Assessoria Técnica da Universidade do Recife, etc.) .....	250.000,00
Total Geral .....	1.060.000,00

\* Observação: — A Assessoria Técnica reduziu drásticamente as despesas programadas para menos de Cr\$ 460.000,00, isto é, menos de 50% do orçamento aprovado. Encerrado o Congresso do Recife, verificou-se que a Assessoria Técnica foi o órgão menos dispendioso e mais econômico da Comissão Nacional Organizadora.

14. Finalmente, Senhor Presidente e Senhores Membros da Comissão Nacional Organizadora, — a Assessoria Técnica considera indispensável, ainda, que a Associação Paulista de Municípios coloque, desde já, à sua disposição, dois Assessores de seus quadros, cujos serviços deverão ser pagos nas mesmas bases e condições dos especialistas convocados para o Setor Técnico.

Essa colaboração da Associação Paulista de Municípios é a da maior importância para o bom êxito do Congresso do Recife, em face da notável experiência da Entidade Bandeirante no tocante às atribuições específicas da Assessoria Técnica. Deixo de mencionar os nomes, solicitando, todavia, ao Presidente da A.P.M., Dr. ANIZ BADRA, que se digne de encaminhá-los à Comissão Nacional Organizadora do Congresso do Recife. De acordo com as necessidades e o crescimento do vulto dos trabalhos, a Assessoria Técnica se reservará o direito de solicitar, quando oportuno, o auxílio das demais Associações Regionais.

Da mesma forma, considero absolutamente imprescindível o entrosamento da Assessoria Técnica com a Universidade do Recife. A verba "Eventuais" destina-se, entre outros fins igualmente importantes, precisamente para ocorrer às despesas decorrentes da colaboração com as Associações Regionais e a Universidade do Recife.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os meus protestos de profunda estima e alta consideração. — ARAÚJO CAVALCANTI, Conselheiro da A.B.M. e Chefe da Assessoria Técnica do V Congresso Nacional de Municípios.

## DOCUMENTO N° 2

Do Chefe da Assessoria Técnica

Ao Senhor Presidente e DD. Membros da Comissão Nacional Organizadora  
do V Congresso dos Municípios

Recife, 27 de novembro de 1959.

I — "MISSÃO CUMPRIDA"

Na oportunidade em que a Comissão Nacional Organizadora do V Congresso dos Municípios Brasileiros — convocada pelo seu Presidente, o dinâmico Prefeito de Jequié, Dr. ANTÔNIO LOMANTO JÚNIOR — se prepara para realizar uma última Reunião, na cidade do Recife, cumpre o dever de apresentar esta segunda *Prestação de Contas* da Assessoria Técnica a fim de proporcionar aos meus caros e intrépidos companheiros do Movimento Municipalista indispensáveis esclarecimentos e concisas informações a respeito do que me foi possível realizar no desempenho dos encargos e responsabilidades de uma Chefia complexa, realmente difícil.

2. Devo preliminarmente acentuar que reconheço, com a mais profunda humildade, as minhas insuficiências, limitações e modestíssimas possibilidades, penitenciando-me pelo fato de não ter conseguido executar, na íntegra, o Programa de Trabalho que me tracei quando escolhido para dirigir a Assessoria Técnica do Congresso do Recife. Pelas omissões ou erros porventura cometidos faço questão de consignar, neste Relatório sucinto, as minhas sinceras escusas.

3. São raros e privilegiados os homens que conseguem aniquilar tôdas as dificuldades e ganhar tôdas as batalhas, superando circunstâncias adversas, obstáculos e vicissitudes do destino, em meio aos rudes entreveros da vida cotidiana. Principalmente, quando, no conjunto dos fatores negativos que anulam os nossos melhores esforços, ocorrem imponderáveis de tôda a ordem, dentre os quais se destacam a insignificância dos recursos disponíveis, a precariedade dos instrumentos de trabalho e a própria complexidade das atribuições de uma Chefia sobreencarregada com problemas simultâneos de coordenação, comando e execução.

4. Não obstante, tenho plena consciência de haver desempenhado satisfatoriamente as incumbências da Assessoria Técnica. Relevem-me Vossas Excelências, neste instante, a satisfação de reiterar, sem falsa modéstia, a conclusão do meu Relatório anterior: — "Missão Cumprida".

5. A Prestação de Contas consubstanciada no Relatório encaminhado a Vossas Excelências, no dia 28 de setembro de 1959 — ao ensejo da Reunião Conjunta da Comissão Nacional Organizadora e da A.B.M., no Recife — demonstra que a Assessoria Técnica desenvolveu uma surpreendente atividade, logrando obter excelentes resultados no tocante às proporções, à qualidade e rendimento dos serviços e empreendimentos executados.

6. Dentro de mais alguns dias, precisamente de 1 a 8 de dezembro do corrente, deverá a Comissão Nacional Organizadora concluir as suas atividades, encerrando-se a sua existência com a realização do V Congresso dos Municípios. Além disso, o volume e a importância dos trabalhos desenvolvidos nos últimos dois meses justificam a apresentação dêste Relatório Final da Assessoria Técnica para ser incorporado à Prestação de Contas de Comissão Nacional Organizadora.

## II -- OBJETIVIDADE E RENDIMENTO DA ASSESSORIA TÉCNICA -- UM BALANÇO ENCORAJADOR

7. Esta segunda Prestação de Contas pretende ser, apenas, o prosseguimento, a continuação do mencionado Relatório de 28 de setembro de 1959 (Ver Documento nº 1, anexo). É, por assim dizer, a sua conclusão lógica. Os dois documentos resumem os trabalhos da Assessoria Técnica cujos resultados, todavia, sómente poderão ser melhor avaliados depois do encerramento do Congresso do Recife quando, por sua vez, deixará de existir a Comissão Organizadora incumbida de realizá-lo. Mas, a Assessoria Técnica prosseguirá no desempenho de suas atribuições regimentais a fim de organizar, publicar e divulgar os Anais do V Congresso Nacional dos Municípios preparar os Anteprojetos de leis e as recomendações que forem aprovadas; e finalmente, providenciar o encaminhamento das Conclusões do Congresso, bem como a entrega dos documentos que lhe dizem respeito -- inclusive os *Anais* — ao Senhor Presidente da Comissão Organizadora, Prefeito ANTÔNIO LOMANTO JÚNIOR.

São estas responsabilidades primordiais da Assessoria Técnica a partir de 1º de dezembro do corrente, independentemente de sua participação no funcionamento do Congresso do Recife.

8. Como se vê, os esforços verdadeiramente ciclópicos dêstes últimos meses constituíram apenas uma intensa preparação, o pré-lúdio de múltiplos e mais exaustivos encargos na órbita das atribuições e tarefas da Assessoria Técnica.

No entanto, os bons resultados e o êxito integral da Assessoria Técnica, nesta última fase de sua existência, se encontram desde já assegurados: — todas as providências estão sendo tomadas tendo em vista a execução eficiente das suas metas prioritárias e encargos finais.

A êste respeito, desejo congratular-me com a Comissão Nacional Organizadora — pela lúcida compreensão, notável senso de responsabilidade e exemplar espírito de colaboração de seus ilustres Membros, — prestigiando a Assessoria Técnica e estimulando-a de todas as formas.

Desde o inicio das minhas atividades que venho recebendo, de Vossas Excelências, inequívocas demonstrações de confiança, aprêço e cooperação. A Assessoria Técnica sente-se profundamente reconhecida ao apoio da

Comissão Nacional Organizadora, notadamente as atenções que lhe têm sido dispensadas pelos Srs. ANTÔNIO LOMANTO JÚNIOR e José CUPERTINO DE ALMEIDA, figuras exponenciais da referida Comissão e Líderes do Movimento Municipalista.

#### PRINCIPAIS ATIVIDADES E REALIZAÇÕES DA ASSESSORIA TÉCNICA

(De 29 de setembro a 26 de novembro de 1959)

9. Terminada a Reunião de 29-IX-59, a Assessoria Técnica fez um esforço supremo, concentrando todas as energias e recursos disponíveis, tendo em vista acelerar a preparação técnica, cultural, psicológica e política do Congresso do Recife. Foram quase dois meses estafantes: — 12 a 14 horas de trabalho diário, inclusive aos sábados, domingos e feriados; trabalho exaustivo e ininterrupto cujos resultados não podem ser avaliados ou mensurados em termos de dinheiro. Essa última arrancada constituiu um penoso sacrifício pessoal, tanto para o chefe da Assessoria Técnica como para a reduzida e valorosa Equipe a quem se deve a *totalidade* — vale insistir a totalidade dos documentos básicos e contribuições práticas para o V Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros.

Seria longo e desnecessário — porque é do conhecimento geral — analisar esses trabalhos. Permanecerei, portanto, adstrito à simples enumeração dos mais importantes, deixando a Vossas Excelências a tarefa de apreciar ou julgar o mérito dos mencionados trabalhos, empreendimentos e atividades.

Assim é que:

- 1) A Assessoria Técnica promoveu, organizou, redigiu e publicou um *Suplemento Especial* do A.B.M.-Jornal, em princípios de outubro de 1959, inteiramente dedicado ao Congresso do Recife, (*Boletim Informativo nº 1*) da Comissão Nacional Organizadora do V Congresso dos Municípios (ver Documento anexo). Sabem os nobres Membros da Comissão Organizadora, principalmente o prezado Presidente LOMANTO JÚNIOR, a extensão das dificuldades que tiveram de ser vencidas, os sacrifícios levados a efeito para publicação de um Tablóide moderno, com 20 páginas, ótimo papel, 19 clichês e fotografias; foi uma legítima batalha coroada de amplo sucesso (ver Documento anexo). A fim de que o Suplemento Especial fosse distribuído, em tempo útil, por todo o Brasil, a Assessoria Técnica, independentemente das remessas normais feitas pela A. B. M., expediu diretamente cerca de 5.000 (cinco mil) exemplares do aludido *Boletim Informativo*, ou seja quase 50% da respectiva edição. Essa expedição direta, para cerca de 5.000 endereços, tornou-se necessária, apesar das despesas, por não haver mais tempo suficiente para remeter os Boletins através do D.A.S.P. ou da própria A.B.M. Cerca de 4 volumes do Suplemento Especial foram embarcados para o Recife, via aérea, para distribuição direta, durante o Congresso.

2) A Assessoria Técnica obteve do Ministério da Agricultura a impressão de milhares de cartazes coloridos de propaganda do Congresso do Recife, também amplamente distribuídos.

Vários volumes de 500 cartazes cada um foram embarcados, via aérea, à disposição da Comissão Local e da Direção Executiva do Congresso do Recife. Devo expressar, no momento, os efusivos agradecimentos da Assessoria Técnica aos Srs. JOSÉ VIEIRA, Diretor do Serviço de Informação Agrícola, e ao Jornalista MILTON SENNA, que tornaram possível essa colaboração do Ministério da Agricultura. A impressão desses cartazes significou para a Comissão Nacional Organizadora uma economia superior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

3. A Assessoria Técnica tendo em vista a necessidade de salvar o Movimento Municipalista da demagogia e do superficialismo, proporcionando-lhe substância cultural, conteúdo técnico, realismo, e objetividade, promoveu a publicação de uma série de obras de mérito indiscutível. Para esse fim elaborou um Programa Especial que se encontra em plena execução, graças à ampla colaboração do D.A.S.P. e do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. Trata-se de um empreendimento de vastas proporções para cuja execução a Assessoria Técnica não pouparon esforços ou despesas. Um empreendimento realmente extraordinário pelas suas repercussões psicológicas, culturais, políticas, técnicas e práticas. São, ao todo, 7 volumes, alguns já publicados e outros em fase final de impressão, para distribuição em todo o País:

I) "Desenvolvimento Económico e Social dos Municípios" — Novos Rumos de Administração para as Comunas Brasileiras — Autor: ARAÚJO CAVALCANTI — Tiragem: 5.000 exemplares (cada volume 701 páginas) — (já publicado).

II) "O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro" — — Autor: BARRETO GUIMARÃES — Tiragem: 2.500 exemplares — (já publicado).

III) "Formação e Seleção dos Funcionários Locais" (Administração Municipal) — Autor: MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO — Tiragem: 5.000 exemplares — (já publicado).

IV) "Ruralismo e Municipalismo" — Autor: JARBAS MARANHÃO — Tiragem: 2.500 exemplares — (já publicado).

V) "Anais do Congresso de Nova Friburgo" (IV Congresso Fluminense de Municípios) — Autores: Prefeitos, Vereadores e Municipalistas Fluminenses — Tiragem: 5.000 exemplares — (em fase final de impressão).

VI) "Mensagem aos Prefeitos e Vereadores" — Autor: JOSÉ RABELLO — Tiragem: 2.000 exemplares — (em fase final de impressão. Introdução, em separata, já publicada).

VII) "O Congresso do Recife: Tendências e Perspectivas do Municipalismo" — (este trabalho, em fase final de elaboração, deverá ser publicado logo após o encerramento do V Congresso Nacional dos Muni-

cípios. E o Relatório Especial da Assessoria Técnica) — Tiragem: 5.000 exemplares:

Para que se tenha uma idéia aproximada do que significa esse aspecto particular das atividades da Assessoria Técnica basta acentuar que foram distribuídos, *gratuitamente*, 2.000 (dois mil) exemplares do volume nº I — "Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios" e 1.200 (mil e duzentos) exemplares do volume nº II, "Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro". Esses 3.200 (três mil e duzentos) volumes foram encaminhados a jornalistas, professores, universitários, técnicos, autoridades, líderes municipalistas, prefeitos, vereadores, parlamentares, oficiais superiores das Fôrças Armadas, Alto Clero, etc. Sem falar no custo da impressão, a simples aquisição e distribuição desses dois livros representam uma contribuição superior a Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) importância essa que a Comissão Nacional Organizadora teria de desembolsar se, porventura, tivesse de comprar e expedir diretamente, os aludidos 3.200 volumes (o volume nº I, "Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios" está custando nas principais Livrarias do País, Cr\$ 400,00 cada exemplar; e o nº II, "Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro", está sendo vendido por Cr\$ 80,00, cada exemplar).

4) A Assessoria Técnica promoveu a organização, em Nova Friburgo, do IV Congresso Fluminense de Municípios, em estreita colaboração com a Associação Fluminense e a Federação dos Municípios do Estado do Rio que são as 2 principais Entidades municipalistas fluminenses. O Congresso de Nova Friburgo foi, na verdade, um extraordinário empreendimento como preparação e "ensaio geral" do V Congresso Nacional de Municípios. As extraordinárias proporções e significado especial desse Congresso Regional justificam a inclusão, nesta Prestação de Contas, de um capítulo especial sobre o mesmo. Brevemente, os "Anais" do Congresso de Nova Friburgo, com farta documentação fotográfica, levarão ao conhecimento das Prefeituras, Câmaras Municipais — e da opinião pública de todo o País — o que foi o IV Congresso Fluminense de Municípios, durante o qual tive a honra de representar oficialmente o Prefeito LOMANTO JÚNIOR, Presidente da Comissão Nacional Organizadora, pronunciando, em seu nome, um discurso, na Sessão solene de inauguração do Conclave.

5) A Assessoria Técnica elaborou diversos Projetos da mais alta importância, alguns dos quais já em fase final de aprovação. A íntima articulação da Assessoria Técnica com destacados Representantes do Povo Brasileiro, na Câmara e no Senado, é um dos fatores decisivos de prestígio e fortalecimento do Municipalismo. Na impossibilidade de apreciar, pormenoradamente, o andamento e a situação de cada Projeto de interesse especial para a A.B.M., as Associações Regionais e para o Movimento Municipalista, em geral, destaco, neste Relatório, pela sua oportunidade, o que se refere à "Casa dos Municípios". Muitos desses Projetos são do conhecimento público como, por exemplo, os "Convênios" de Cooperação Internacional e o "Concurso Teixeira de Freitas" do Deputado SOUTO MAIOR, o "Manual dos Prefeitos e Vereadores", do Deputado NELSON

OMEGNA; os projetos de assistência financeira às Associações Regionais de Municípios, dos Deputados VASCONCELOS TORRES, JANDUHY CARNEIRO, e OSWALDO LIMA; os projetos relativos aos "Cursos de Administração"; ao entrosamento A.B.M.-O.P.A.; ao "Centro de Recuperação Motora do Nordeste", e vários outros. Alguns desses projetos estão sendo considerados como os "Documentos Básicos" do Municipalismo Brasileiro. A Assessoria Técnica faz questão de expressar, neste Relatório, aos eminentes Deputados e Senadores com os quais se encontra articulada os mais sinceros agradecimentos.

A Assessoria Técnica supriu, com absoluta eficiência, a falta, na Comissão Nacional Organizadora, de um Setor de Informações, Divulgação e Publicidade. Milhares de recortes de jornais e revistas estão arquivados, em diversas pastas, documentando o que foi a extraordinária atividade da Assessoria Técnica nesse Setor decisivo. Essa atividade foi intensificada nos últimos dois meses, de maneira supreendente. A Assessoria Técnica assumiu compromissos da ordem de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros), para publicação de reportagens especiais sobre o Congresso do Recife, na "Revista dos Municípios", na "Revista das Prefeituras e Câmaras" e em outras publicações idôneas. Essa despesa, porém, é inexpressiva, comparada com a importância que a Comissão Nacional Organizadora e a A.B.M. teriam de pagar se porventura houvesse sido organizado o implantado e referido Setor (pagamentos a jornais, radioemissoras, jornalistas, propaganda em geral). A Assessoria Técnica, através de um Serviço especial, mimeografado, de notícias, entrevistas, reportagens, artigos, etc. realizou, no campo da propaganda e divulgação uma obra impressionante, devidamente comprovada pelos milhares de recortes do "Lux-Jornal" já reunidos, classificados e arquivados em pastas especiais para serem incorporados à Prestação de Contas e ao Relatório Final do Presidente da Comissão Nacional Organizadora. A Assessoria Técnica logrou obter esse êxito extraordinário por intermédio de entendimentos diretos com jornalistas responsáveis dos principais jornais do País, com a Agência Nacional e com alguns operadores de mimeógrafo e de Multilith, do D.A.S.P. Pode ser fixada em Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos cruzeiros) o valor dessa contribuição da Assessoria Técnica — estimativa extremamente modesta da economia feita pela Comissão Nacional Organizadora com os trabalhos de informações, propaganda, divulgação diretamente executados pela Assessoria Técnica.

### III — CONSTRUÇÃO DA "CASA DOS MUNICÍPIOS", EM BRASÍLIA

A fim de proporcionar resultados concretos imediatos ao Congresso do Recife, sugeri ao eminente Presidente da Associação Paulista de Municípios, Deputado ANIZ BADRA, a apresentação, na Câmara Federal, de um Projeto de Lei, devidamente justificado, dispendo sobre a abertura de crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para planejamento, construção e aparelhamento da "Casa dos Municípios", em Brasília (Sede Própria da A.B.M.). O incansável representante paulista com sua

proverbial capacidade, patriotismo e alto espírito de colaboração aperfeiçoou o Projeto de Lei 1.008-59 e promoveu, em torno do mesmo, um movimento de proporções extraordinárias. O Deputado ANIZ BADRA desenvolveu uma atuação surpreendente, de tal forma que a Casa dos Municípios será, dentro em breve, uma esplêndida realidade. Da mesma forma cabe-me realçar a decisiva participação do Deputado ALMANY SAMPAIO, dinâmico Presidente da Associação Pernambucana de Municípios, tanto na elaboração do Projeto da Casa dos Municípios, como no planejamento e organização da Campanha Nacional que deverá acelerar a realização desse magno empreendimento. As sugestões, o apoio concreto e a permanente colaboração do ilustre Líder pernambucano credenciam-no ao profundo reconhecimento da Assessoria Técnica e à gratidão de todos os Municipalistas do Brasil. A energia e rara combatividade dos Presidentes ALMANY SAMPAIO e ANIZ BADRA constituem uma garantia de êxito integral da Campanha Nacional de Construção da Casa dos Municípios. A Sede Própria da A.B.M. na nova Capital consubstancia, de resto, uma das reivindicações prioritárias das Prefeituras. Câmaras de Vereadores e Entidades Municipalistas de todo o Brasil. O Projeto 1.008-59 estabelece medidas sumamente objetivas de interesse nacional. A Casa dos Municípios disporá de alojamentos, instalações adequadas, escritórios — em síntese, tudo que fôr necessário às autoridades municipais, prefeitos, vereadores ou seus representantes autorizados quando, a serviço das Comunas, tenham de tratar dos respectivos problemas, em Brasília, junto aos Poderes Constituídos, notadamente no tocante ao desembarço de processos nos Ministérios, liberação de verbas e assim por diante. Basta um Projeto como esse para demonstrar que a Assessoria Técnica cumpriu com o seu dever e assegurou ao Congresso do Recife excepcionais condições de objetividade e espírito prático.

O Projeto 1.008-59 justifica — somente ele — o funcionamento da Assessoria Técnica e representa, talvez, a contribuição máxima que se poderia prestar ao Movimento Municipalista, à A. B. M. e às Entidades Regionais.

#### *Início da Campanha Nacional de Construção da "Casa dos Municípios"*

Durante a Primeira Reunião dos Presidentes das Associações Regionais de Municípios convocada pelo Conselho Diretor da A.B.M., a 30 de outubro de 1959, teve início a Campanha Nacional de Construção da Casa dos Municípios, através do pronunciamento do Deputado ALMANY SAMPAIO apresentando uma Resolução que foi aprovada por unanimidade. A importância desse pronunciamento justifica a sua transcrição. E' o seguinte o teor do documento: — "O Deputado ALMANY SAMPAIO. — A Associação Pernambucana de Municípios tem a satisfação de manifestar seu irrestrito apoio e integral solidariedade à Campanha Nacional de construção da sede própria da A.B.M., em Brasilia e tem certeza de que será acompanhada pela totalidade das Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o Brasil.

Os prefeitos, vereadores, técnicos, autoridades e estudiosos integrados no Movimento Municipalista Brasileiro, em sua esmagadora maioria, prestarão, no momento oportuno, a arrojada iniciativa consubstanciada na construção da "Casa dos Municípios", na futura capital do País.

Pernambuco faz questão de acentuar sua profunda simpatia pelas atividades e esforços pioneiros que o Território do Rio Branco e São Paulo vêm desenvolvendo no sentido de transformar em esplêndida realidade a *Casa dos Municípios* que já se firma como uma necessidade imperiosa em face das perspectivas decorrentes da mudança da Capital para Brasília, programada para abril de 1960.

A Associação Pernambucana de Municípios, não sómente aplaude, com veemência, as propostas eminentemente concretas dos prezados companheiros ARAÚJO CAVALCANTI e ANIZ BADRA — representantes daquelas Unidades da Federação no Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios — como vai promover, por todos os meios ao seu alcance, a realização concreta do magno empreendimento. Fiel às mais legítimas tradições do pioneirismo, objetividade e capacidades realizadora, a Associação Pernambucana de Municípios associa-se, desde já, com satisfação e confiança à ação conjunta promovida pelo Território do Rio Branco e São Paulo, cujo êxito integral se antecipa como um dos mais úteis e decisivos resultados práticos do V Congresso Nacional de Municípios a ser realizado na cidade do Recife, — na primeira semana de dezembro vindouro. A colaboração maciça e positiva do Povo Brasileiro surpreenderá, certamente, a Nação, e servirá como um estímulo precioso.

A Associação Pernambucana de Municípios empregará todos os seus esforços, conjuntamente com Entidades congêneres, a fim de que na construção da "Casa dos Municípios", — além das Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Órgãos governamentais, Instituições educativas e culturais, Sindicatos, Cooperativas, Associações de Classes e Empresas idôneas — participem todos os brasileiros, que assim o desejarem, numa demonstração da capacidade e pujança do Movimento Municipalista como uma força eminentemente popular.

Entende a Associação Pernambucana de Municípios que a construção da *Casa dos Municípios*, em Brasília, é uma oportunidade ideal para renovar, fortalecer e dinamizar o Movimento Municipalista acelerando a conquista dos seus objetivos prioritários.

A Campanha Nacional destinada a construir, no mais breve prazo possível, a sede própria da A.B.M. tem, ao mesmo tempo, o sentido de um movimento de envergadura no roteiro da unidade, coesão e harmonia das Entidades e Líderes que integram o Movimento Municipalista.

Oportunamente a Associação Pernambucana de Municípios divulgará, com todos os seus pormenores, os objetivos específicos, composição, programas de trabalho e demais providências da Campanha Nacional cujas linhas de ação e características foram objeto de sugestão formulada a 27 de maio de 1957 ao Engenheiro CELSO MELLO DE AZEVEDO — então Prefeito de

Belo Horizonte e atual Presidente da A.B.M. — pelo Conselheiro ARAÚJO CAVALCANTI, representante do Território do Rio Branco e Chefe da Assessoria Técnica do Congresso do Recife. A referida Campanha compreende em seus delineamentos gerais: 1) Organização de um Movimento Nacional, tendo em vista a construção da sede própria da A.B.M., liderada por uma Comissão Especial da qual farão parte os Presidentes de todas as Associações de Municípios; 2) Atuação descentralizada do referido Movimento; 3) Planejamento e execução de um Concurso de âmbito nacional para elaboração dos projetos da «*Casa dos Municípios*». Neste sentido deverão ser convocados os melhores engenheiros e arquitetos do Brasil; 4) Estabelecimento de prêmios especiais totalizando Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para os melhores Projetos que forem selecionados por uma Banca Examinadora constituída das figuras exponenciais da engenharia e da arquitetura brasileira; 5) Entendimentos especiais com a N.O.V.A.C.A.P.; 6) Providências relativas à abertura de créditos do montante de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) como contribuição do Governo Federal, no Orçamento Geral da União, destinados a ocorrer às despesas de início das obras de construção da *Casa dos Municípios*, em Brasília; 7) Campanha financeira de proporções nacionais, na base de um dia de trabalho de cada vereador, prefeito ou municipalista — contribuição voluntária, de maneira que todos os brasileiros integrados no Movimento Municipalista tenham uma oportunidade de participar, diretamente, do esforço nacional para construção da *Casa dos Municípios*.

I REUNIÃO CONJUNTA DOS PRESIDENTES DA A. B. M. E DAS  
ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE MUNICÍPIOS

*Resolução*

Resolução Conjunta dos Presidentes da Asociação Brasileira e das Associações Regionais de Municípios.

1º) Fica o Conselheiro pelo Território Federal do Rio Branco, Professor ARAÚJO CAVALCANTI autorizado a planejar, organizar e executar a Campanha Nacional de Construção da Casa dos Municípios (sede própria da A.B.M., em Brasília).

2º) A A.B.M. proporcionará ao Conselheiro ARAÚJO CAVALCANTI os recursos e meios materiais necessários à execução da referida Campanha.

(a.) *Almany Sampaio*, Presidente da Associação Pernambucana de Municípios.

*Aniz Badra*, Presidente da Associação Paulista de Municípios.

*Messias de Sousa Costa*, Presidente da Associação Goiana de Municípios.

*Manoel Moreira Camargo*, Presidente da Associação Espírito-santense de Municípios.

*Deputado Osmar Cunha*, Presidente da Associação Catarinense de Municípios.

*José Patrício Franco*, Representante da Associação Piauiense de Municípios.

*José Fernandes Vieira*, Secretário-Geral da Federação dos Municípios da Paraíba.

*José Bento Neves*, Presidente da Associação Maranhense de Municípios.

*Luís Inácio Ribeiro Coutinho*, Presidente da Associação Paraibana de Municípios.

*Gervásio Bacelar*, Representante da Associação dos Municípios da Bahia (Vice-Presidente).

*Josino Alves da Rocha Loures*, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná.

*Raymundo Aluizio Chagas*, Presidente da Associação do Ceará.

(Seguem-se várias outras assinaturas ilegíveis).

IV — PREPARAÇÃO DO CONGRESSO DO RECIFE EM NOVA FRIBURGO —  
O IV CONGRESSO FLUMINENSE DE MUNICÍPIOS — ROTEIRO  
DA PROSPERIDADE PARA AS COMUNAS

O IV Congresso Fluminense de Municípios realizado em Nova Friburgo, de 7 a 11 de outubro de 1959, ultrapassou todas as expectativas. Foi, sob qualquer ponto-de-vista, um empreendimento vitorioso. O comparecimento maciço das Prefeituras e Câmaras do Estado do Rio; o expressivo volume de teses, contribuições especiais, projetos e indicações que foram objeto de exaustivos estudos e debates nas Comissões Técnicas e no Plenário; o grande número de altas autoridades e representantes dos Governos da União e dos Estados; o notável programa social levado a efeito — todos êsses fatores contribuíram para transformar o IV Congresso Fluminense de Municípios em um acontecimento da maior significação para os destinos do Movimento Municipalista.

O Congresso de Nova Friburgo teve, ao mesmo tempo, o sentido de um "ensaio geral" do V Congresso Nacional de Municípios Brasileiros a ser levado a efeito de 7 a 8 de dezembro vindouro na cidade do Recife.

O Estado do Rio, terra de Joaquim de Oliveira Machado (Barra Mansa) e João de Azevedo Carneiro Maia (Rezende) — pioneiros insígnios do verdadeiro Municipalismo — honrou as suas tradições históricas, consolidando uma reconhecida posição de liderança no âmbito do Movimento Municipalista.

E' conveniente relembrar que o I Congresso Nacional dos Municípios teve como cenário a cidade de Petrópolis, em abril de 1950, e foi, em grande parter, um empreendimento por assim dizer fluminense. O Congresso de Nova Friburgo, sob vários aspectos, ultrapassou o de Petrópolis: — os Anais do Congresso — a serem brevemente publicados — refletem o entusiasmo e a consciência municipalista dos fluminenses. 220 Delegados reafirmaram sua profunda convicção nos postulados municipalistas — como doutrina e como técnica da ação governamental.

O IV Congresso Fluminense de Municípios constituiu, ao mesmo tempo uma demonstração de força do Nacionalismo mais autêntico e esclarecido: — as teses, indicações e contribuições dos Delegados traduzem a preocupação absorvente do Povo Brasileiro no sentido de encontrar soluções arrojadas e práticas para os seus problemas fundamentais no roteiro do progresso, da plena independência econômica, social política e do bem-estar geral.

*Sumário das Teses, Indicações e Reivindicações do Congresso de Nova Friburgo*

2. Foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes indicações ao Presidente da República: pela rápida tramitação e aprovação do projeto da Eletrobrás; tratamento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética e demais países socialistas; aprovação urgente do projeto do deputado Sérgio Magalhães sobre a limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras denúncia do Acordo de Roboré, defesa e ampliação do monopólio estatal do petróleo; medidas de Reforma Agrária, através de projeto que assegure as condições indispensáveis do melhor aproveitamento e distribuição da terra, aumento da produtividade agrícola; os direitos dos trabalhadores do campo.

Foram também aprovadas indicações dirigidas ao governador Roberto Silveira, principalmente no sentido de que sejam aplicadas medidas de intervenção no comércio intermediário, instalando-se uma rede de postos de abastecimento de gêneros nos principais municípios; seja assegurada a defesa dos lavradores contra a ação dos grileiros, garantida aos mesmos a posse da terra além de lhes ser fornecida pelo Estado assistência técnica e de créditos. Foi igualmente destacada a necessidade de ser defendida e ampliada a Cia. Siderúrgica de Volta Redonda.

*À Margem dos Problemas Municipais e Regionais*

3. Sobre os problemas de interesse mais imediato dos Municípios e Regiões, foram aprovadas as seguintes resoluções: inclusão, no atual projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, de dispositivo que garanta a aplicação de um terço, no mínimo, nos Municípios onde forem arrecadadas, das respectivas rendas dos Institutos; recomendação às Prefeituras Municipais do Estado do Rio e demais Unidades da Federação para que adotem como modelo, na elaboração dos seus planos de obras, empreendimentos e serviços, a Operação Nilópolis; recomendação especial sugerindo a antecipação do Sistema Geral da Operação Município; regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal relativos à defesa e ampliação da autonomia municipal, em particular quanto aos seguintes aspectos:

- a) percepção automática e nas épocas próprias, através das coletorias federais e estaduais das cotas devidas pela União e Estados aos Municípios;
- b) melhor discriminação de rendas em benefícios, dos Municípios; e
- c) poderes ao Município para elaborar sua lei orgânica.

### Nacionalismo e Desenvolvimento Planificado dos Municípios

4. O Movimento Municipalista, cônscio de suas responsabilidades, reafirmou, em Nova Friburgo, sua posição de vanguarda no que se refere à formulação de soluções arrojadas e práticas para os problemas fundamentais do País — dentre os quais, um dos mais urgentes é, sem dúvida, a emancipação efetiva dos Municípios mediante o fortalecimento das suas bases econômico-financeiras.

Parece-me desnecessário insistir que o objetivo primordial do Movimento Municipalista é canalizar, em escala crescente, para as Comunas de todo o Brasil — sem qualquer exceção — recursos proporcionais aos respectivos encargos, atribuições e responsabilidade do Governo e Administração.

Uma nova Discriminação de Rendas é, por conseguinte, uma condição preliminar de sobrevivência e funcionamento eficiente das Unidades Elementares da Federação. Não é possível acelerar o ritmo do desenvolvimento geral do País sem cuidar, *preliminarmente*, de proporcionar aos Municípios condições e meios materiais que lhes possibilitem resolver, *por si mesmos, os seus problemas*.

O Movimento Municipalista vem desenvolvendo ingentes esforços desde longa data — através a realização dos Congressos Nacionais e Regionais — no sentido de implantar uma nova Discriminação de Rendas. Essa tenacidade tem como objetivo final mobilizar Prefeituras, Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, governos, autoridades — em síntese, ou homens de responsabilidade do País, em torno de uma solução concreta para esse problema decisivo.

Decorridos tantos anos, a experiência demonstra que uma nova Discriminação de Rendas continua sendo a reivindicação tradicional dos referidos Congressos — a medida heróica e preliminar. Prefeitos, Vereadores e Municipalistas estão convencidos de que não é possível protelar o advento de uma Reforma Constitucional neste sentido.

Ponto de partida para solução dos demais problemas resumidos no *Sistema Geral da Operação Município* — capacitação técnica dos governos municipais, planejamento econômico-social, reformas tributárias e administrativas, investimentos geradores de riqueza, e assim por diante, — a Discriminação de Rendas concentra todas as necessidades dos Municípios nas presentes circunstâncias.

Cumpre reconhecer no entanto, com justificada esperança, que os trabalhos e sacrifícios da Associação Brasileira de Municípios e suas congêneres de todo o Brasil serão brevemente recompensados. E' que a Emenda Constitucional nº 1, apresentada na Câmara dos Deputados pelo Deputado Osmar Cunha recebeu parecer favorável da Comissão integrada pelos Deputados Océlio de Medeiros, (Relator Geral), Bilac Pinto e pelos representantes paulistas Mário Beni e Nelson Omegna teve, como Presidente, o Deputado Paulista Cunha Bueno. Essa Comissão merece, pelo seu trabalho, os aplausos irrestritos e a gratidão de todos os brasileiros.

Cabe, agora, ao Congresso de Recife, a oportunidade de encontrar uma fórmula capaz de promover com a maior brevidade o advento da Reforma, compelindo os responsáveis a executá-la. Por que, inegavelmente, uma Nova Discriminação de Rendas é a pedra angular o ponto de partida para uma Política Nacionalista do Desenvolvimento Planificado dos Municípios.

*Tomada de posição da Assessoria Técnica no Congresso  
de Nova Friburgo*

5. A Nação Brasileira atravessa, de fato, uma fase sumamente difícil de sua evolução histórica e está fazendo esforços desesperados na busca de soluções objetivas para os múltiplos problemas políticos, econômicos, financeiros, administrativos e sociais que estão desafiando governos, instituições e emprêsas nas três órbitas da Federação: — a União, os Estados e os Municípios.

O Povo sente, na própria carne, com os orçamentos domésticos arrebatados, o impacto dos referidos problemas. Basta mencionar a alta impressionante do custo de vida agravando as dificuldades inenarráveis que afligem as populações brasileiras.

Se, por uma lado, as estatísticas macro-econômicas, as investigações e diagnósticos recentes dos melhores economistas, sociólogos e estudiosos das nossas realidades demonstram que o País inteiro se expande em todos os sentidos, — revelando, de forma categórica, uma extraordinária capacidade realizadora — por outro lado, também é exato que o ritmo da expansão nacional, embora intenso, não se apresenta, todavia, uniforme. As anomalias e irregularidades da conjuntura — já identificadas pela análise dos técnicos, porém, ainda não julgadas ou controladas pela ação governamental perturbam o desenvolvimento harmônico da Federação, contribuindo para aumentar a complexidade e dificultar a solução dos problemas nacionais. Dispenso-me de reproduzir, no limite dêste ligeiro comentário os dados relativos à extraordinária expansão demográfica, econômica e social do País, apesar da coexistência e simultaneidade de crises, sobressaltos, perturbações e obstáculos de tôda a ordem, aparentemente insuperáveis.

O Movimento Municipalista investiga e acompanha, com o mais profundo interesse, o desenrolar das contradições dialéticas e os surpreendentes paradoxos que caracterizam o panorama atual da situação brasileira. Uma das preocupações absorventes, dêsse Movimento que, mercê de Deus está conquistando a consciência nacional, consiste no exame rigoroso das extremas disparidades dos níveis de renda *per capita*, dos índices e do ritmo de desenvolvimento em todos os Setores — de Estado para Estado, — e, dentro de cada Unidade Federativa, de região para região, de Município para Município.

As taxas médias de crescimento da produção real, — agropecuária, industrial, de transportes e de serviços — refletem, para citar apenas algumas, — o diagrama de uma situação anormal que urge corrigir os

fatôres adversos do subdesenvolvimento e de pauperismo que têm de ser anulados.

Os Prefeitos, Vereadores e Municipalistas definirão, no Congresso do Recife, a sua posição a respeito destes e dos demais problemas condensados no Temário do V Congresso Nacional de Municípios. São problemas complexos que, de resto, mobilizam o interesse conjunto da União, dos Estados e dos Municípios e estão reclamando soluções definitivas.

O Estado do Rio, tendo à frente líderes categorizados e toda uma plêiade de notáveis vereadores e prefeitos, participará ativamente do Congresso do Recife, traduzindo a sua cooperação de maneira concreta, através de estudos, trabalhos, contribuições técnicas e indicações dignas de melhor acolhimento, da ponderada e carinhosa atenção de todos os patrícios.

6. A Assessoria Técnica do V Congresso dos Municípios deverá propor, por intermédio do Grupo Parlamentar Municipalista na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, modificações substanciais nos textos de diversos Projetos de Lei em andamento no Parlamento que são do interesse fundamental para as Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o Brasil.

As alterações previstas são radicais, equiparando-se a legítimos substitutivos como, por exemplo, no caso especial dos Projetos relativos: 1) a Discriminação de Rendas (Reforma Constitucional em favor das Comunas); 2) o Sistema da Operação Município, com suas Projeções Regionais e Locais (Desenvolvimento Planificado dos Municípios); 3) Aquisição de Máquinas e Equipamentos para as Prefeituras; 4) o Financiamento de obras, empreendimentos e serviços municipais; 5) a Participação dos Municípios no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União; 6) o Banco dos Municípios; 7) a Reforma Agrária; 8) o conjunto de medidas destinadas a acelerar o progresso e a transformação das áreas-problemas, regiões ou zonas subdesenvolvidas da Federação; 9) a Descentralização e Modernização da Administração Federal (tanto no que se refere à estrutura do Sistema Administrativo, como no tocante aos seus métodos de funcionamento e práticas de trabalho vigente); 10) a Assistência Técnica, formação de pessoal especializado, cursos de administração municipal, bolsas de estudo e assuntos correlatos; 11) a Exploração, defesa e conservação dos recursos naturais do País.

De acordo com os levantamentos efetuados pela Assessoria Técnica, são estes os problemas — cuja importância decisiva para os Municípios é desnecessário acentuar — que estão reclamando um reexame profundo tendo em vista a sua atualização e aprimoramento. Ao mesmo tempo sugere a Assessoria Técnica a conveniência de serem tomadas medidas enérgicas e decisivas tendo em vista obter as soluções colimadas pelos mencionados Projetos, os quais deverão ser eminentemente práticos, urgentes e arrojados.

Os referidos Projetos constituem, de resto, reivindicações permanentes do Movimento Municipalista e, em sua maioria, são objetos de debates em todos os Congressos Regionais e Nacionais de Municípios conforme se

pode verificar das diversas Resoluções aprovadas sobre os mesmos. No conjunto dessas Recomendações destacam-se, notadamente, os três seguintes documentos de grande repercussão, todos êles, por coincidência, do Rio Grande do Sul:

1º) a Declaração de Princípios da Bancada Gaúcha submetida ao Congresso do Rio de Janeiro, em 1957;

2º) o Trabalho do Deputado Raul Pereira, elaborado em colaboração com o Dr. Francisco Machado Villa, Assessor Técnico da Assembléia Gaúcha (Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural e Administrativo dos Municípios Gaúchos é Ação Conjunta da Administração Estadual e Municipal; Consórcios Municipais);

3º) o Projeto nº 1.495-56 do Deputado Federal Unírio Machado que visa a permitir a aquisição, pelos Municípios, de máquinas e equipamentos fabricados no exterior e estabelecida, entre outras medidas, a participação das Comunas nos "Orçamentos Cambiais" da União, num total calculado em US\$ 30.000.000 (trinta milhões de dólares).

#### 7 -- DECLARAÇÃO DE NOVA FRIBURGO A ASSESSORIA TÉCNICA E A COMISSÃO REGIONAL ORGANIZADORA DO IV CONGRESSO FLUMINENSE DE MUNICÍPIOS

1 — Considerando os compromissos solenemente subscritos na Carta dos Municípios; — as Resoluções dos Congressos Regionais e Nacionais que se têm realizado a partir de maio de 1954; — os pronunciamentos da VII Reunião do Congresso Interamericano de Municípios, em novembro de 1958, no Rio de Janeiro, e as Recomendações periódicamente renovadas, do Movimento Municipalista, reclamando medidas práticas e providências urgentes tendo em vista os problemas fundamentais dos Municípios;

2 — Considerando que as Prefeituras e Câmaras Municipais do Brasil, em sua quase totalidade, desde o Congresso de Petrópolis, em 1950, reclamam providências urgentes para o fortalecimento da cooperação intergovernamental bem como a adoção de soluções de envergadura, práticas e decisivas, na luta contra o subdesenvolvimento do Interior e o pauperismo das massas rurais — principalmente no tocante aos investimentos em projetos geradores de riqueza, implantação de planos diretores e medidas de reorganização agrária, industrialização, modernização administrativa;

3 — Considerando que as Prefeituras e Câmaras Municipais não podem tolerar a postergação das mencionadas providências ou, sequer aguardar que se promova a demorada, difícil e complexa Reforma Constitucional da qual, por sua vez, não abrem mão, por ser a mesma indispensável, sobretudo no que se refere à Discriminação de onda que é uma das metas fundamentais do Movimento Municipalista;

4 — Considerando que dentre as reivindicações mais freqüentes encontram-se as relacionadas com a criação de uma instituição financeira in-

termunicipal, do financiamento dos Municípios e de fomento econômico (a Caixa Fapiar prevista na Lei Pró-Município — Projeto nº 3.112-57 — Caixa Nacional do Fomento Agropecuário e Industrial nas Áreas Rurais; — ou o Banco dos Municípios, na forma sugerida pelos Deputados Cunha Bueno — Nelson Omegna; o Banco Nacional de Crédito Municipal S. A. (sugestão da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios); e proposições legislativas semelhantes; ou o projetado Banco Rural);

5 — Considerando a indispensabilidade de uma instituição de planejamento global, fomento econômico em particular, desenvolvimento planificado dos Municípios, urbanismo, assistência técnica em geral e racionalização administrativa, sem qualquer sacrifício das prerrogativas da autonomia municipal, funcionando em regime de descentralização completa e sistemática, na base de acôrdos, convênios e contratos multilaterais — com a mais ampla participação possível das emprêses privadas e da iniciativa particular;

6 — Considerando a necessidades de se promoverem medidas concretas capazes de fomentar o desenvolvimento econômico-social dos Municípios e de elevar o padrão de vida de seus habitantes, de acôrdo com os planejamentos delineados no Sistema Geral da *Operação Município*, suas Projeções Regionais e Locais;

7 — Considerando que outrem os pontos característicos da *Operação Município* — enquadramento dos Municípios num regime de administração planificada planos diretores, modernização gradual dos serviços públicos, descentralização administrativa, reorganização agrária, industrialização, etc. — destaca-se o investimento maciço de recursos financeiras em obras, empreendimentos e serviços geradores de riqueza, sob a forma de projetos reprodutivos num total estimado em Ch\$ 18.000.000.000,00 (dezoito bilhões de cruzeiros) para o primeiro quinquênio da execução do Sistema e US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares);

8 — Considerando as atribuições conferidas à Comissão Especial que deverá ser constituída pela A.B.M. — em obediência à Recomendação expressa do IV Congresso Nacional de Municípios, no Rio de Janeiro, em 1957, — para o reexame, ampliação e aperfeiçoamento do Sistema com suas Projeções Regionais e Locais; o que essa Comissão de Técnicos deverá redigir os instrumentos definitivos da *Operação Município* obedecidas as emendas, sugestões e diretrizes gerais aprovadas pelas Prefeituras e Câmaras Municipais;

9 — Considerando que essa Comissão Nacional a ser organizada logo após o Congresso do Recife, tem, perante a Nação, as maiores responsabilidades no sentido de formular soluções decisivas para os problemas fundamentais dos Municípios, colaborar com os Governos e Autarquias da União, dos Estado e dos Municípios, no tocante à emancipação global e ao desenvolvimento planificado das Comunas Brasileiras.

*Resolvem*

1 — Promover, por todos os meios ao seu alcance, a aceleração das providências necessárias ao advento e implantação da Reforma Constitucional e da Operação Município, nos termos da Declaração de Princípios dos Prefeitos e Vereadores Gaúchos e, neste sentido, apoiar a Declaração do Rio Grande do Sul, apresentada pela sua Delegação ao IV Congresso Nacional de Municípios, em maio de 1957;

Sugerir que seja criada, com a maior brevidade possível, uma Instituição Intermunicipal de fomento econômico-financeiro e desenvolvimento planificado, dotada de caráter permanente, fruto dos esforços comuns que estão envolvendo inúmeras Prefeituras e Câmaras de todo o Brasil, instituição essa que, além de fortalecer a cooperação intergovernamental e inter-administrativa propiciará a implantação dos Consórcios Municipais e tornará possível a realização dos objetivos primordiais do Movimento Municipalista, isto é, a emancipação global e o desenvolvimento planificado dos Municípios, sem exclusão de nenhum deles, em todas as Unidades da Federação.

3 — Manter íntima articulação com o Grupo Parlamentar Municipalista, assessorando-o, em tudo que for necessário, na revisão e aperfeiçoamento dos Projetos de Lei básicos em endamento nas duas Casas do Parlamento brasileiro;

4 — Formular o mais veemente apelo aos Poderes Constituídos da República, nas três órbitas da Federação, à Associação Brasileira de Municípios, ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal, bem como às Associações Regionais de Municípios no sentido de que promovam, desde já, as iniciativas e medidas necessárias à plena execução das Resoluções aprovadas pelo IV Congresso Fluminense de Municípios. — Araújo Cavalcanti, Conselheiro da A.B.M. — Chefe da Assessoria Técnica do V Congresso Nacional de Municípios.

## CONCLUSÕES

As atividades, empreendimentos e iniciativas da Assessoria Técnica — tais como resumidas nesta Prestação de Contas e documentos que a acompanham — criaram um clima nacional favorável ao advento das grandes conquistas e objetivos do Movimento Municipalista. Esse esforço extraordinário preparou o terreno e tornou possível a realização do V Congresso Nacional de Municípios. Muito mais ainda: os trabalhos da Assessoria Técnica consolidaram o prestígio da Associação Brasileira de Municípios perante as Assembléias Legislativas, o Parlamento, as Altas Autoridades, os círculos universitários e culturais, os sindicatos dos trabalhadores — em síntese, perante a opinião pública esclarecida do País. A Assessoria Técnica, à margem dos encargos de preparação do Congresso do Recife, levou a efeito um balanço das necessidades e reivindicações dos Municípios brasileiros. Com base nos resultados desse levantamento e logo após o encerramento do Congresso do Recife, poderá a Comissão Nacional Organizadora,

dentro de pouco tempo, formular e estabelecer um Programa Mínimo de Ação Conjunta, tendo em vista o atendimento das solicitações de caráter imediato e o encaminhamento de soluções adequadas para os problemas fundamentais dos Municípios condensados no Temário do Congresso do Recife. Repetir os erros passados seria um grave equívoco, um verdadeiro crime. A Assessoria Técnica está profundamente convencida do que o Congresso do Recife deve evitar, a todo custo, formulações teóricas e promessas. Os Municípios não podem regressar de mãos vazias: — esta é uma suprema responsabilidade da Comissão Nacional Organizadora. Para êsse fim, terminado o Congresso do Recife, deverá o Grupo de Trabalho da Assessoria Técnica:

- a) Organizar, publicar e expedir os "Anais" do Congresso;
- b) Preparar os Anteprojetos de Leis e Decreto que forem necessários para os Poderes Constituídos da União, dos Estados e dos próprios Municípios;
- c) Encaminhar às autoridades competentes por intermédio do Presidente da Comissão Nacional Organizadora, as Recomendações, Trabalhos e Documentos aprovados pelo V Congresso dos Municípios.

Isto significa, Senhor Presidente e DD. Membros da Comissão Nacional Organizadora, para os próximos dois meses uma tarefa sumamente complexa, ainda maior e mais difícil do que tudo o que se fêz até agora. Isto significa que o Congresso do Recife terá sido o melhor, o mais eficiente e o mais útil de todos os Congressos — *um sucesso integral*. Para tal fim, a Assessoria Técnica requer a Vossas Excelências sejam colocados à sua disposição os recursos financeiros, técnicos, e materiais a que tem direito e previstos no Orçamento da Comissão Nacional Organizadora. Recursos destinados à liquidação dos compromissos da Assessoria Técnica, dentre os quais o mais importante e urgente, é, exatamente, a Organização dos Anais do Congresso do Recife.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os meus protestos de alta estima e consideração.

Cordialmente — Araújo Cavalcanti, Chefe da Assessoria Técnica.